

## 2016 – Retrospectivas Econômicas

Nilson Pimentel (\*)

30/12/2016

Poucas horas nos separam de um novo ano, deixando para traz um período fatídico, de péssimas lembranças e resultados piores, tempo que todos torcem para que o ano 2016 passe logo.

Sabe-se que alguns modelos de sistemas político e econômico trazem dentro de seus formatos processos de crises intrínsecas aos próprios sistemas, notadamente, o sistema democrático representativo por voto direto e economia de mercado, como está disposto o sistema brasileiro.

Como alguns especialistas comentam que a Política está para a Economia como o ar está para a vida, tão necessários que os Poderes decisórios (Executivo e Legislativo) influenciam um ao outro, tanto positivamente quanto negativamente, um tratando das Leis e normas, o outro fazendo a gestão econômica que harmonize ao arcabouço legal.

No entanto, o sistema econômico por suas próprias leis e axiomas apresenta determinadas incongruências em relação ao arcabouço de leis postas pelos legisladores, o que deixa um rastro de desacertos e desequilíbrios tendo em vista a sobreposição ou supremacia de fatores ideológicos partidários dentro do sistema econômico ou total ausência destes como fachada a permissividade e a corrupção institucionalizada.

A vida cotidiana do homem em sociedade se prende ao fato político e ao fato econômico, essencialmente.

Portanto, tratar do fato econômico, mesmo que não agrade a tantos, mas é necessária a vida da sociedade, a qual neste ano de 2016 que finda, se viu na mais injusta das crises provocadas por um governo (Executivo Federal), dominado por um arcabouço político ideológico esdruxulo ao sistema econômico brasileiro, levando-o à recessão grave, nunca dantes ocorrida a economia do Brasil.

Então, nesse fatídico ano de 2016, se teve aumento no déficit das contas do governo federal, em parte provocada por queda na arrecadação de tributos federais, por agravamento da crise política na qual grande parcela dos componentes do PODER LEGISLATIVO, envolvidos na operação da polícia federal e Ministério Público Federal de caça aos corruptos – a LAVA A JATO, pela cotação da moeda norte-americana (dólar) que registrou R\$ 4,16, maior nível desde a criação do real, pela crise deficitária (falimentar) nas contas dos Estados, pelo aumento dos juros para financiamento direto ao consumo, com a queda na confiança dos investidores, com o aumento da taxa de inflação, com o aumento da taxa de juros prime, a SELIC, impactando nos investimentos produtivos diretos, com o processo acelerado de desindustrialização, com o elevado desemprego e com o endividamento das famílias e muito mais.

O Brasil registrou pelo segundo ano consecutivo uma contração na economia, o que resultou na acumulação de queda de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) nos nove primeiros meses de 2016 em relação ao mesmo período de 2015 e agora em dezembro as instituições financeiras estimam essa projeção para 3,43%.

Quanto as Contas Públicas, ainda no Governo Dilma, Nelson Barbosa, Ministro da Fazenda, aumentou a previsão do déficit para R\$96,7 bilhões.

Contudo, com o impeachment, o então Presidente interino Michel Temer e seu Ministro Henrique Meirelles que procedeu a revisão da meta do déficit que subiu para R\$ 170,5 bilhões, havendo aprovação do Congresso dias depois.

Após os 12 meses, terminados em outubro, União, Estados, Municípios e estatais chegaram a acumular R\$ 137,2 bilhões de déficit primário.

O cenário econômico foi fortemente impactado pela queda na arrecadação de impostos e contribuições federais no ano de 2016, sendo que no período de janeiro a outubro, se chegou a R\$ 1,059 trilhão, com queda real de 3,47% se comparado ao mesmo período de 2015.

Com a Lei da Repatriação, que regularizou os recursos financeiros enviados ao exterior ilegalmente, englobando o pagamento de 15% de imposto de renda e 15% multa, amenizou o resultado da arrecadação de impostos e contribuições em 2016 e, como medida em prática, a arrecadação chegou a R\$ 45,7 bilhões, tendo a União repassada mais de R\$ 9,4 bilhões de Imposto de Renda aos Estados e Municípios, que recorreram à Justiça para receberem a repartição da multa.

Nesse ano de 2016, acarretada por irresponsabilidade fiscal, falta de gestão estratégica e incompetência dos governadores e prefeitos, a crise fiscal nos Estados e Municípios provocou dificuldades em honrar compromissos contratuais e com pagamento de servidores, alguns Estados e Municípios atrasaram pagamento de salários de servidores públicos, comprometeram a prestação de serviços públicos básicos abrangentes a saúde e segurança, etc.

Visto por esse prisma, os governadores pressionaram a renegociação de débitos dos Estados com a União, tendo os Estados já beneficiados com a troca de indexadores da dívida de governos locais, os mesmo pediram um aumento no prazo e redução do valor das parcelas mensais, no entanto, medidas de ajuste fiscal teriam de ser tomadas pelos Estados foram derrubadas durante a tramitação do projeto de lei com a renegociação no Senado.

Já a Inflação, bem acima do teto da meta, de 6,5%, iniciou o ano com a aceleração e com projeções do mercado financeiro acima dos limites colocados pelo governo.

Em janeiro, a inflação oficial, que é medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), teve variação de 1,27%, com aceleração se comparada a dezembro de 2015, que detectou 0,96%, porém nos últimos 12 meses e muito acima do teto da meta, a inflação chegou a 10,71%, superior aos 10,67% registrados em 2015.

Durante o ano, a inflação desacelerou, chegando a 6,99% nos 12 meses encerrados em outubro, tendo com isso as projeções feitas pelo mercado se aproximaram do teto da meta, com 6,52%, logo no início de dezembro e, que recessão econômica, o aumento do desemprego e a política monetária mais forte, contribuíram para que isso se concretizasse.

Somente em outubro o Banco Central (BACEN) iniciou o ciclo de queda da taxa de juros, que não tinha redução desde julho de 2015, baixando a SELIC de 14,25% para 14% e reduziu mais 0,25 ponto percentual em novembro, levando a taxa para 13,75%, com perspectiva de novas reduções para o ano de 2017.

Ainda segundo o BACEN, o estoque de crédito do País caiu e houve aumento de taxas de juros para acessar novos recursos.

Por outro lado, nesse ano de 2016, o Brasil perdeu todos os graus de investimentos das Agências Internacionais (credit rating agency) (Standard & Poor's, Fitch e Moody's - as chamadas *The Big Three*) de classificação de risco de crédito ou, mais simplesmente, agência de classificação de risco, qualifica determinados produtos financeiros ou ativos (tanto de empresas, como de governos ou países), avalia, atribui notas e classifica esses países, governos ou empresas, segundo o grau de risco de que não paguem suas dívidas no prazo fixado.

Contudo, em outubro, o saldo de todas as operações de crédito estava em torno de R\$ 3,095 trilhões, com queda de 2% nos últimos 12 meses, sendo que a queda da demanda por empréstimos, principalmente para consumo de bens, foi um dos motivos para a redução, devido à retração da economia, com aumento de desemprego e,

previsivelmente, com postergação de consumo.

Por outro lado, as empresas postergaram investimentos produtivos diante das incertezas sobre o futuro o que provoca mais desemprego, menor oferta de produtos, menores consumo.

De outro modo, o governo Temer também provocou concessões à iniciativa privada em setembro, com a criação do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), com o objetivo de atrair novos investimentos em projetos de infraestrutura por meio de concessões à iniciativa privada, entre aeroportos, rodovias, ferrovias, terminais portuários e hidrelétricas.

O Governo também apresentou em julho a Proposta de Emenda à Constituição a fim de conter o crescimento dos gastos obrigatórios, que não podem ser bloqueados, a PEC 241, que após aprovação no Congresso, se tornou PEC 55, estabelece um teto para os gastos públicos, que devem ficar vinculados à inflação do ano anterior por um período de 20 anos.

No entanto, o que mais provocou celeuma em todos os meios foi a Reforma da Previdência que o governo apresentou em dezembro, com detalhes da reforma da Previdência, na qual a proposta encaminhada ao Congresso Nacional estabelece a idade mínima de 65 anos para que homens e mulheres se aposentem e um tempo mínimo de contribuição de 25 anos.

Agora em dezembro, o governo Temer, anunciou um Pacote de Medidas Econômicas para a retomada da economia brasileira as ações incluem apoio ao crédito e desburocratização para empresas, além de incentivo à redução dos juros do cartão e parcelamento especial para quitação de dívidas de pessoas físicas e jurídicas com a Receita Federal.

O pacote objetiva de forma geral, diminuir o endividamento, incentivar o crédito e estimular o emprego e, assim, recuperar a economia.

Para os analistas macroeconômicos, o governo ainda não conseguiu por em marcha, retomar o processo de crescimento econômico, com essas medidas, pois a recessão econômica herdada é grave e demandará médio prazo para a sociedade brasileira sentir os efeitos das políticas econômicas colocadas em prática nesse fatídico ano de 2016. FELIZ ANO NOVO DE 2017, sob as Bênçãos de DEUS.

*(\*) Economista, Engenheiro e Administrador de empresas, com pós-graduação: MBA in Management (FGV), Engenharia Econômica (UFRJ), Planejamento Estratégico (FGV), Consultoria Industrial (UNICAMP), Mestre em Economia (FGV), Doutor em Economia, Consultor Empresarial e Professor Universitário: [nilsonpimentel@uol.com.br](mailto:nilsonpimentel@uol.com.br).*